



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Ambiental**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS, GUERRAS E DESLOCADOS FORÇADOS EM TEMPOS DE CRISE  
CAPITALISTA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE A PARTIR DA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO  
DO ACNUR**

**SAMUEL DE SOUZA PINTO<sup>1</sup>**

**RESUMO:**

O estudo busca compreender o fenômeno dos *deslocados forçados* como uma expressão da crise capitalista, expondo como a sua dinâmica contraditória contribui para a destruição das condições de vida. Recorreu-se a revisão bibliográfica e dados do ACNUR para elucidar a questão. Considerou-se que as guerras são necessárias à dinâmica capitalista e fundamentais para impulsionar os deslocamentos forçados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mudanças climáticas; Deslocados forçados; Crise capitalista; Guerras; ACNUR.

**ABSTRACT:**

The study seeks to understand the phenomenon of forced displacement as an expression of the capitalist crisis, exposing how its contradictory dynamics contribute to the destruction of living conditions. A bibliographical review and UNHCR data were used to elucidate the issue. It was considered that wars are necessary to capitalist dynamics and fundamental to driving forced displacement.

**KEYWORDS:** Climate change; Forced displacement; Capitalist crisis; Wars; UNHCR.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

## 1. INTRODUÇÃO

Os conflitos e as guerras acompanham o modo de produção capitalista desde as suas origens, entretanto, a crise atual do sistema os tornaram episódios frequentes na vida de centenas de milhares de pessoas, especialmente no cenário durante e após o genocídio da Primeira Guerra Mundial. A necessidade das guerras é um apelo aos métodos bárbaros e parte constitutiva do sistema, dado que este depende dos conflitos para manter o acúmulo de lucro, seja pela produção de armas nucleares ou pela destruição de territórios ao redor do mundo, ainda que ambos estejam relacionados (Menegat, 2012).

Nas últimas cinco décadas, tem-se reconhecido que os impactos causados pelas atividades do capitalismo foram fundamentais na emergência do que hoje se conhece como deslocados forçados. Alguns fatores têm contribuído fortemente para o acirramento desta problemática, sobretudo a produção de guerras em respostas às crises capitalistas. Trata-se de uma questão que não só coloca em risco o equilíbrio ambiental, mas também a vida dos seres humanos e a impossibilidade da existência de futuras gerações, tendo em vista que o efeito das mudanças climáticas dispara os deslocamentos forçados propriamente ditos, altera as economias, debilita o desenvolvimento humano, intensifica as desigualdades e, acima de tudo, destrói a natureza.

O ponto de partida deste trabalho é compreender o fenômeno dos deslocados forçados enquanto expressão da crise do capital que se desencadeia a partir da década de 1970, no entanto, localizando aspectos particulares nas décadas anteriores que deram ênfase nesta consolidação, que se intensificam na Segunda Guerra Mundial. Compreender os deslocados forçados como fruto da dinâmica contraditória do capitalismo vai de encontro com a ótica de correntes de pensamento que projetam a discussão de maneira isolada, como se a dinâmica das antes conhecidas como migrações/imigrações tivesse uma lógica própria de funcionamento ou como se as ações do capital, não impactasse diretamente essa esfera. O capital não é um ente estático, mas um sistema que necessita constantemente superar suas contradições internas e expandir suas fronteiras.

Para tanto, realizou-se um estudo através duma abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos que a sustentaram foram análise documental do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR e revisão bibliográfica a partir Artigos, Livros e Teses, na tentativa de compreender as transformações decorrentes do marco histórico da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Segunda Guerra Mundial, como elas se intensificaram com o desencadeamento da crise na década de 1970 e, principalmente, como assumiram uma nova dinâmica na transição para o século XXI. Ademais, foram utilizados demais autores(as) condizentes teórico-metodologicamente no que diz respeito à compreensão deste fenômeno como expressão da “*contradição em processo*” - cunhada nos manuscritos de Marx - inerente à lógica de ferro do capital.

Nesse sentido, num resgate histórico, a conjuntura econômica instável do Pós-Primeira Guerra Mundial explicitou que no interior desta lógica as guerras são resultados de crises e, neste contexto, impulsionou uma série de eventos decorrentes ao longo de duas décadas, culminando em novos conflitos armados que deram início a Segunda Guerra Mundial<sup>2</sup>. Afinal, as crises servem não somente para atender interesses econômicos imediatos de países capitalistas como também auxiliam na recuperação estrutural de produção do sistema e, para tanto, se utiliza da ciência e tecnologia na abertura de novos comércios, produção de mercadorias - incluindo armas nucleares e equipamentos militares -, controle e destruição de recursos naturais não renováveis e, acima de tudo, na emergência de mais guerras.

A racional expansão do capital está ligada diretamente ao domínio dos recursos científicos e tecnológicos em respostas as suas crises, cooptando-os com funções já determinadas, isso porque “a ciência e a tecnologia só podem ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuírem para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema” (Mészáros, 2011, p.254-255)”

Diante disso, o uso da ciência e tecnologia marcou fortemente o cenário político global da Segunda Guerra Mundial, em particular pelo desenvolvimento de armamentos bélicos, como as primeiras bombas atômicas. O Projeto Manhattan surge neste contexto de crise em resposta a necessidade capitalista de pôr fim à guerra e instituir os Estados Unidos enquanto uma superpotência mundial, nesse entretempo, iniciou-se a conhecida era nuclear<sup>3</sup> com profundas implicações geopolíticas e ambientais que acompanharam as décadas seguintes até os dias atuais<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> A Segunda Guerra Mundial pode ser encarada como resultado de uma série de fatores, incluindo a crise econômica pós-Primeira Guerra, a ascensão do nazismo na Alemanha e a política de apaziguamento das democracias ocidentais.

<sup>3</sup> No presente, o mundo possui 440 Usinas nucleares, sendo 205 localizadas pela Europa, 82 usinas distribuídas pelo Japão, Coreia e China e 123 usinas espalhadas pelos Estados Unidos, Canadá e México. A América do Sul possui 4 usinas, sendo duas delas localizadas no Brasil: Angra I e II. Dados da Defesa Civil do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://defesacivil.rj.gov.br/index.php/a-energia-nuclear-cestgen#:~:text=O%20mundo%20possui%20atualmente%20440,atuamente%20123%20Usinas%20em%20funcionamento>>. Acesso em 15 de junho de 2024.

<sup>4</sup> As catástrofes de *Chernobyl* e *Fukushima* possibilitaram a percepção em escala mundial dos riscos ambientais e humanitários provocados pela utilização de energia nuclear. O início da nova era nuclear, consequência direta do Projeto Manhattan, levou ao deslocamento de centenas de comunidades japonesas afetadas pela radiação, provocando o aumento no número de deslocados forçados daquela época e causando danos irreversíveis ao Meio Ambiente.

Hays (2000) afirma que no decorrer da década de 1960 iniciou-se uma preocupação pública com questões ambientais no interior da sociedade norte-americana, balizada por discussões envolvendo o perigo de inseticidas, pesticidas e poluição humano-industrial do ar, do solo e da água. Ainda para o autor, foi um momento impulsionado por movimentos ambientalistas e publicação de livros e relatórios que discutiam as questões ambientais, no entanto, embora houvesse uma pressão significativa para se pensar as problemáticas, estas assumiram corpo rígido a nível mundial somente no final da década de 1990.

A literatura de Carson (2010) também fornece indicativos de preocupação ambiental nesta mesma década, em especial as discussões acerca dos efeitos dos pesticidas - sobretudo o DDT - no Meio Ambiente e na saúde de seres humanos e não-humanos. Sob a ótica da autora, o uso destes elementos químicos em larga escala durante a Segunda Guerra Mundial - também para controlar doenças durante a guerra - acabaram por impulsionar consequências ambientais e na saúde humana.

Diante desse conturbado contexto tecnológico-científico é que emerge o Clube de Roma (1968) na tentativa de sensibilizar acerca dos limites finitos do Planeta e também dos impactos do crescimento populacional e econômico descontrolado. De maneira oposta ao Projeto Manhattan, o Clube de Roma utilizou-se de padrões matemáticos e científicos para construir a base científica que resultou na publicação do relatório “Limites do Crescimento”, em 1972, projetando cenários para evitar crises ambientais e econômicas.

Ao passo que se enxerga o fortalecimento das discussões acerca da questão dos limites da natureza na década de 1970 (Silva, 2010), vê-se similarmente o fenômeno dos refugiados e *deslocados forçados* ganhando visibilidade e complexidade a nível global e que, em virtude das guerras, violação de direitos humanos e mudanças climáticas, este número só aumentou a partir deste período.

Em um mundo marcado por confusões, elementos como o Projeto Manhattan, o Clube de Roma e os *deslocados forçados*, a princípio, aparentam não ser constitutivos do mesmo universo, todavia, quando se realiza uma análise mais profunda se percebe que todos eles são frutos da dinâmica contraditória do sistema em respostas às suas crises, marcados pelo avanço da ciência e tecnologia e de que forma ambos possuem potencial de impactar profundamente a direção da humanidade e, como bem relembra Mészáros (2011), a barbárie é uma possibilidade.

Para além da contribuição teórica realizada no presente trabalho, o conjunto denso de dados científicos estudados demonstram a urgência de se debater os deslocados forçados e as questões que a acompanha. Salienta-se que não se tem a pretensão de esgotar o debate no presente trabalho dado à magnitude, limitações e complexidade científica que envolve problemática e, pretende-se dar ênfase a como este se revela na realidade social. Esse esforço intelectual justifica-se porque à medida que se considera estes elementos como constitutivos da mesma realidade, as possibilidades de discussão científica adquire base sólida na construção contínua do pensamento social crítico e no auxílio a decisões éticas acerca do futuro.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Projeto Manhattan: o fantástico engenho de destruição da Segunda Guerra Mundial

É sabido que há pelo menos um século as intercorrências impulsionadas pelo amadurecimento do sistema capitalista vêm interferindo na dinâmica geográfica entre o campo e a cidade graças aos processos de industrialização e urbanização (Harvey, 2005). Trata-se não só do movimento migratório conhecido como mobilidade pendular, mas também das diversas práticas adotadas pelo sistema que reorganizaram toda a estrutura de movimento populacional, seja ela de maneira forçada ou não.

O recorte temporal permite visualizar que no interior da industrialização, por exemplo, um fator pouco debatido no campo científico influenciou para que também tenha havido um crescimento no número de deslocamentos. No entanto, estas se apresentaram de maneira particular graças à dinâmica permanente do sistema e não envolveram somente o campo e a cidade, haja vista que esta questão tinha - e ainda tem - o potencial de atingir toda a vida existente no Planeta, até mesmo os microrganismos. Refere-se aos deslocamentos forçados impulsionados com o nascimento do Projeto Manhattan em meados da década de 1940.

O Projeto Manhattan - ou *Experiência Trinity* - pode ser descrito enquanto um projeto racional desenvolvido pelos Estados Unidos que teve o objetivo de construir as primeiras bombas atômicas existentes na história da humanidade e, para tanto, reuniu centenas de cientistas, militares, engenheiros e envolveu mais de 100 mil profissionais na tentativa de trazer ao mundo armas com potenciais destrutivos nunca antes vistos (Fernandes, 2024).

O programa teve duração de quase seis anos - 1942 a 1945 - e teve como resultado a produção da primeira bomba atômica nomeada *Trinity*, que foi testada nas regiões do Novo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

México, local onde estava situada base secreta do Projeto. Ademais, foi uma iniciativa estatal financiada pelos EUA com um suporte de mais de 130 milhões de dólares mensais, o que evidencia o empenho capitalista na corrida armamentista de produzir lucro e aportes de destruição já naquela época. Mas qual a correlação entre o projeto de produção de armas nucleares e o crescimento de deslocados forçados?

Uma característica central e não tão evidente das consequências do desenvolvimento de bombas atômicas é o efeito indireto para a consolidação no que atualmente se conhece como *deslocados forçados*<sup>5</sup>. O Projeto Manhattan nos evidencia a problemática, isso porque para a realização de testes nucleares, tribos indígenas e povos agricultores foram retirados das suas terras nas regiões de Hanford, em Washington e Oak Ridge, em Tennessee, por consequência das instalações de produção de plutônio que foram destinadas à confecção das bombas nucleares. Além disto, o uso de elementos radioativos atrelado aos testes causou destruição ambiental significativa na contaminação de ecossistemas (Carson, 2010).

Não bastasse o significativo percentual de deslocamentos ocorrido nas cidades estadunidenses, o Projeto Manhattan levou aos casos emblemáticos das cidades japonesas Hiroshima e Nagasaki, que revelaram o potencial destrutivo destas bombas, pois estas sofreram diretamente com os bombardeios comandados pelos EUA, resultando em mais de 200 mil mortos, em contaminação radioativa, causando destruição ambiental significativa e provocando deslocamentos forçados de milhares de sobreviventes naquela época<sup>6</sup>.

Mais adiante, a corrida armamentista durante a Guerra Fria também possibilita compreender a questão por outro aspecto, em decorrência dos testes nucleares realizados durante a tensão entre Estados Unidos e URSS, já que contribuíram para a contaminação do solo, do ar, da água e, apesar dos deslocados forçados não ser um fenômeno amplamente debatido naquele período, o lixo radioativo deixado pelos experimentos na Guerra Fria provocaram deslocamentos forçados de populações norte-americanas, algo que se estendeu até os momentos atuais<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Durante o desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela apropriação do termo “*deslocado forçado*” como sinônimo tanto dos deslocados internos forçados quanto dos refugiados climáticos e/ou ambientais, haja vista que ambos são obrigados a deixarem suas casas em detrimento de fatores externos como os conflitos armados, guerras e mudanças ambientais severas.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idx-a05a8804-1912-4654-ae8a-27a56f1c2b8a>>. Acesso em 14 de junho de 2024.

<sup>7</sup> A Guerra fria teve seu fim no ano de 1991, ainda assim, no ano de 2023 os lixos radioativos de bombas atômicas deixadas pela Guerra põem em risco a saúde de população de dois estados norte-americanos. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/limpeza-de-residuos-de-bombas-atomicas-da-guerra-fria-empaca-nos-eua-e-poe-em-risco-dois-estados.ghtml>>. Acesso em 23 de junho de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O que se pode compreender diante disso é a necessidade de *sempre-expansão* do sistema na sua busca incessante pelo lucro. Para tanto, necessita da criação de armas nucleares com potenciais de destruir a humanidade e, nessas tentativas ao longo da história do último século por meio de guerras, se tornou responsável por diversos episódios de deslocamentos forçados e destruição severa do Meio Ambiente.

O potencial destrutivo das armas construídas em prol do desenvolvimento capitalistas no Projeto Manhattan explicita que, quando cooptados pela lógica do sistema, a ciência e tecnologia podem apresentar perigos para a própria humanidade.

Os experimentos nucleares possibilitaram um fim súbito da Segunda Guerra, no entanto, revela a tendência capitalista de cooptar recursos para fins bélicos em detrimento das necessidades humanas, o que custou milhares de vidas ao redor do mundo e deu abertura ao início da era nuclear, marcada pela corrida armamentista e a constante ameaça de destruição do mundo que conhecemos.

## 2.2 O nascimento do Clube de Roma, os limites do crescimento e a iminência do colapso

O mundo pós-Segunda guerra foi constituído por movimentos desenvolvidos para pensar uma nova abordagem acerca dos problemas a nível mundial, sobretudo os espaços internacionais de debates destinados a estudos acerca das próprias guerras, crescimento populacional<sup>8</sup>, econômico e esgotamento dos recursos naturais não renováveis, como o surgimento do Clube de Roma.

A segunda metade da década de 1960 e o início da década de 1970 foram dois momentos significativos e considerados no ambiente científico como o pontapé da consciência ambiental a nível internacional, em decorrência de acontecimentos como a publicação de “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson e pelo surgimento - e fortalecimento - de Movimentos sociais que pautavam no ambiente político, as questões ambientais, como o *Sierra Club*.

O Clube de Roma (1968) emerge neste cenário - já no pós-Segunda Guerra - enquanto uma tentativa de ganhar consciência sobre as questões que começaram a adentrar o campo político-econômico daquela época, como a industrialização acelerada e futuro sustentável. Foi, portanto, uma organização informal conhecida como “colégio invisível” (Meadows et al., 1974).

---

<sup>8</sup> Vale salientar que a temática envolvendo o crescimento populacional abordado no Relatório Meadows é inspirada em ideias malthusianas e por isso foi amplamente criticado, haja vista que responsabilizava os países periféricos pela crise ecológica ao passo que ignorava as desigualdades estruturais e consumo excessivo de países centrais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Composto por cientistas e políticos, foi liderado na sua fase inicial pelo italiano *Aurelio Peccei* e pelo cientista escocês *Alexander King*, entretanto, se tornou mais conhecido no ano de 1972 com a publicação do Relatório intitulado “Limites do Crescimento”, chefiado pela estadunidense *Donella Meadows*. O estudo é popularmente conhecido por “Relatório Meadows” e influenciou nas decisões da Conferência de Estocolmo no mesmo ano.

A pesquisa foi construída com suporte do Instituto de Tecnologia de Massachussets - MIT (Massachussets Institute of Technology), o que possibilitou a identificação, por meio de modelos tecnológicos, cinco grandes tendências de interesse global, sendo eles: 1 - o ritmo acelerado de industrialização; 2 - o rápido crescimento demográfico; 3 - a desnutrição generalizada; 4 - o esgotamento dos recursos naturais não renováveis e 5 - a deterioração ambiental<sup>9</sup>.

A publicação do Relatório Meadows foi um grande marco no cenário político mundial, uma vez que sinalizava sobre a pressão das atividades humano-industriais sobre os recursos ambientais, além de sinalizar problemas graves como secas e grandes enchentes caso não houvesse mudanças significativas nas políticas globais, pois o crescimento acelerado resultaria em crises ambientais e também econômicas. Logo, a partir da divulgação do relatório, questões como a poluição, desnutrição, saneamento, mudanças climáticas e suas implicações começaram a ser publicamente debatidas (FREDERICO, 2018).

Acerca das implicações, o relatório ainda descreve:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial - industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais - continuarem imutáveis, **os limites do crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos**. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.
2. **É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto**. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.
3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito (Meadows et al., 1974, p.20) (grifo nosso).

Ainda que o relatório possua problemas estruturais e tenha sido alvo de críticas devido ao pilar do desenvolvimento sustentável<sup>10</sup>, controle de natalidade e projeções que não se concretizaram ainda, o que fica em evidência é a nítida preocupação em alertar sobre a “capacidade de manutenção” do Meio Ambiente, isto significa que em qualquer sistema finito

<sup>9</sup> Cabe sublinhar também: 1 - A Volkswagen foi uma das empresas financiadoras do Relatório; 2 - A questão da corrida armamentista (tensões entre URSS x EUA durante a Guerra Fria) também foi abordada no referido estudo.

<sup>10</sup> Autores como Silva (2010) e Foster (2005) são fundamentais para se compreender a crítica ao desenvolvimento sustentável no capitalismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

devem existir restrições suficientes que limitem as destruições, para que não ocorra um colapso do sistema (Meadows et al., 1972).

Autores como Marques (2018) compreendem o conceito de colapso enquanto um processo decorrente das práticas insustentáveis do atual modo de produção e argumenta que o capitalismo, na sua busca descontrolada pelo lucro, fomenta a exploração descontrolada de recursos naturais, o que contribui não só para as mudanças climáticas como também para o colapso ambiental, uma vez que os limites planetários junto aos ciclos naturais são desconsiderados na cadeia de produção.

Sob outra ótica, mas não tão distante, a concepção de colapso em Mészáros (2011) caminha para a compreensão das contradições econômicas internas do sistema capitalista e sua tendência inerente ao colapso em virtude do seu caráter de incontrolabilidade, crise estrutural e contradições recorrentes, manifestadas

1. na esfera militar, com as **intermináveis guerras** do capital desde o começo do imperialismo monopolista nas décadas finais do século dezenove, e suas mais devastadoras **armas de destruição em massa nos últimos anos**;
2. a intensificação, através do **óbvio impacto destrutivo do capital na ecologia**, afetando diretamente e já **colocando em risco o fundamento natural elementar da própria existência humana**, e
3. no domínio da produção material e do desperdício cada vez maior, devido ao avanço da “produção destrutiva”, em lugar da outrora louvada “destruição criativa” ou “produtiva” (Ibidem, p.12) (grifo nosso).

A assertiva do autor mencionado permite compreender que as guerras, no interior da lógica capitalista, possuem relação direta com o impulsionamento das destruições ambientais, assim como ocorreu com o desenvolvimento do Projeto Manhattan e com os demais projetos capitalistas. Ainda conforme Mészáros (2011) é explícito que no contexto de crise estrutural do capital há um avanço da “*produção destrutiva*”, isso porque o sistema transforma os recursos naturais em mercadoria, as torna obsoletas e impulsiona, cada vez mais, a destruição da natureza.

### 2.3 Deslocados forçados: um produto da crise global atual do capitalismo

Os deslocamentos forçados não se caracterizam enquanto um fenômeno recente na história da humanidade, haja vista que é possível encontrar registros destes deslocamentos desde o século XV, entretanto, começaram a ser observados somente no decorrer do século XX, assim como o seu conceito científico. O quadro do pós-Segunda Guerra mundial apresentou ao mundo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma nova dinâmica de reestruturação econômica que não só moldou o curso da produção e geopolítica do último século como impactou igualmente a vida de centenas de milhares de pessoas que foram violentamente retiradas das suas casas em razão da guerra (Aydos, 2010). A nova era de deslocamentos forçados instaurada no fim da primeira metade do século passado se estende até a atualidade.

É no contexto de transformações do fim da primeira metade do século XX e início da segunda metade que se realiza, então, a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados<sup>11</sup>, ocorrida em 1951 enquanto decorrência da Carta das Nações Unidas de 1945 e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Este acordo internacional surge no esforço de proteger aqueles que foram obrigados a deixar suas casas devido à guerra e destruição generalizada na Europa e em diversas partes do mundo. Uma das decorrências da Convenção de Genebra diz respeito à definição, pela primeira vez sob um viés político, o que hoje se conhece como refugiado.

Assim define o documento:

2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país ou de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido termo, não quer voltar a ele (ACNUR, 1951, p.2).

Observa-se que esta primeira definição de refugiado pelo Estatuto se encontrava em um estado de limitação espaço-temporal, uma vez que atendia somente aqueles que foram vítimas de perseguições e temores daquele tempo determinado pelo documento, além de considerar refugiado somente aqueles que, até aquele momento, se encontravam fora dos seus países de origem<sup>12</sup>.

Em decorrência dos episódios que sucederam o ano da adoção do Estatuto e da mudança de conjuntura política mundial, este acabou sendo encarado pelos órgãos internacionais como limitado, também em razão dos novos conflitos e circunstâncias que surgiram ao redor do mundo nos anos seguintes (Aydos, 2010). Assim, realiza-se o Protocolo ao Estatuto dos Refugiados, em 1967, que objetivou a revisão e ampliação do termo de refugiados, no entanto, mesmo com a tentativa de ampliação, ainda se mostrou limitado por não assegurar aquelas

<sup>11</sup> A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados é comumente conhecida como Convenção de Genebra e, anteriormente a ela, houve a criação do Alto Comissariado para Refugiados, em 1921, destinado principalmente aos refugiados russos.

<sup>12</sup> Tal limitação permite questionar acerca dos deslocados internos que por alguma razão, em situação semelhante à de refugiado, não deixaram seus países de origem. Soma-se a esses as vítimas de desastres naturais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

peças vítimas de perseguição e temores que, por alguma razão, não puderam sair dos seus respectivos países.

Na declaração de Cartagena, em 1984, houve mais uma tentativa de ampliar a definição de refugiado:

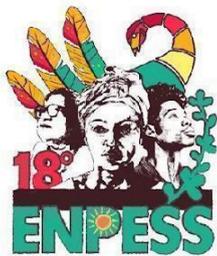
Face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, **se toma necessário encarar a extensão do conceito de refugiado** tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou **o conceito de refugiado recomendável** para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, **considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública** (ACNUR, 1984, p.3) (grifo nosso).

Embora a ampliação do termo desta declaração surja com o caráter recomendatório e não obrigatório como em 1951 e 1967, esta apresenta contribuição significativa para se pensar de uma maneira abrangente a condição de indivíduos que podem não estar inserido nos ambientes de guerras e, ainda assim, vivenciarem as demais circunstâncias contidas na declaração.

Conforme Aydos (2010) a literatura jurídica contém inúmeros debates sobre esta questão e perpassa pelos que defendem que o conceito de refugiado é excludente e limitado ao passo daqueles que acreditam na necessidade de se analisar refugiados e deslocados forçados de maneira separada, dada as suas condições particulares.

Até aqui se percebe que o termo refugiado foi fundamental para estabelecer estratégias internacionais de proteção de indivíduos acometidos por perseguições e pela guerra, contudo, o padrão de desenvolvimento do sistema e suas crises nos desafiam a ultrapassar a definição deste conceito e pensar novas formas de abranger os indivíduos que não mais só são vítimas de guerras, tendo em vista surgimento dos novos conflitos civis, violência generalizada e desastres ambientais que os forcem a deixar suas casas, porém, não cruzam as fronteiras dos países. Disso resultam os *deslocados internos* (DIs) ou de maneira abrangente, os *deslocados forçados*.

Ao que tudo indica não se tem um primeiro marco documentado acerca da primeira utilização destes termos, no entanto, se tornou mundialmente conhecido no último decênio do século XX, pós-Guerra Fria e aumento no número de pessoas deslocadas dentro dos seus próprios países e, dessa forma, passou a ser adotado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR na construção de dados e publicação de relatórios, tendo em vista a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

magnitude e complexidade das crises contemporâneas que não só mais envolvem temores e perseguições (ACNUR, 2002).

O ACNUR reconhece os *deslocados internos*<sup>13</sup> enquanto aqueles indivíduos que foram obrigados a deixar suas casas devido às guerras, conflitos armados, violência generalizada, perseguição, violação de direitos humanos<sup>14</sup> ou desastres ambientais, mas que não atravessaram a fronteira internacional em busca de proteção. Ademais, o conceito de *deslocados forçados* pode ser empregado tanto para aqueles indivíduos que foram forçados a deixarem seus países de origem e se encontram na posição de refugiados, quanto para os que não atravessaram fronteiras e se encontram na posição de *deslocados internos*, conforme reconhecido pelo órgão já mencionado.

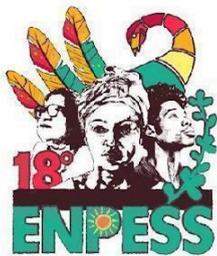
Segundo Aydos (2010), os deslocamentos forçados em consequência das guerras, os grandes projetos econômicos, a violação de direitos humanos e os desastres ambientais se configuram na história da sociedade moderna enquanto uns dos principais fluxos observados.

Considerando a discussão acerca da evolução do conceito de refugiado e adoção de *deslocados forçados* enquanto uma nomenclatura para abranger aqueles que foram obrigados a deixar suas casas devido a fatores externos para além das guerras e temores, o que interessa compreender é como os principais órgãos internacionais lidam com o aumento destes fluxos (ver Gráfico 9), uma vez que eles reorganizam toda a estrutura populacional, política, econômica, social e cultural de diversos países ao redor do mundo, senão todos eles.

**Gráfico 9** - Evolução do número de refugiados no mundo (1951 - 2015)

<sup>13</sup> Ver definição na íntegra pelo ACNUR. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20deslocadas%20dentro%20de.fronteira%20internacional%20para%20buscar%20prote%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 26 de junho de 2024.

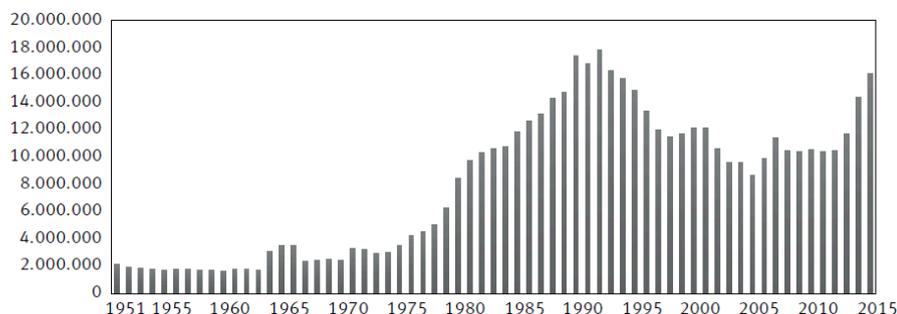
<sup>14</sup> O conceito de gulags - ou currais humanos - é utilizado para caracterizar uma das formas mais marcantes do mundo pós-colonial no que diz respeito à violação de direitos humanos, haja vista o número de indivíduos escamoteados de forma forçada em grandes campos para refugiados e *deslocados forçados*. Disponível em <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/um-arquipelago-de-gulags-para-os-refugiados-do-ocidente/#:~:text=Este%20sistema%20global%20de%20currais.solu%C3%A7%C3%B5es%20de%20desenvolvimento%20e%20seguran%C3%A7a>>. Acesso em 12 de junho de 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social



Fonte: United Nations High Commissioner for Refugees - UNHCR, Population Statics Data Overview of 2016.

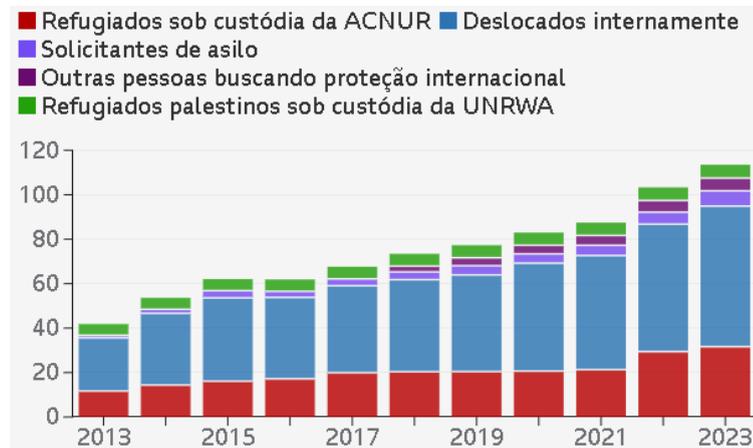
Os dados do referido gráfico referem-se somente aos refugiados sob proteção do ACNUR, no entanto, servem de parâmetro para analisar não só a questão do aumento no número de refugiado como também dos *deslocados forçados* no decorrer das últimas décadas, haja vista que ambos seguem uma tendência global. Dessa forma, o que se pode perceber diz respeito ao expressivo aumento no número de refugiados entre o final da década de 1970 e início da década de 1990, aumento este consequência da Guerra do Vietnã e Guerra Civil no Líbano, manutenção de regimes autoritários e ditaduras, mudança na política internacional, desastres ambientais e da Guerra Fria. Os últimos anos exibidos no gráfico também foram marcados por um aumento significativo, principalmente por consequência da Guerra na Síria<sup>15</sup>.

O *Global Trends* publicado pelo ACNUR aponta que no final de 2017, mais de 40,2 milhões de pessoas foram deslocadas dentro de seus próprios países devido a conflitos armados, violência generalizada, desastres ambientais e/ou violação de direitos humanos (ACNUR, 2017).

No gráfico abaixo, no decorrer dos anos (2013 - 2023) se percebe um aumento gradativo do número de pessoas que abandonaram suas casas e, na sua grande maioria, em consequência dos conflitos da Síria que se iniciaram há mais de uma década. De acordo com o ACNUR, a Síria é a maior fonte de crise de refugiados do mundo e, até os dias atuais, mais de 13 milhões e pessoas fugiram do país ou estão deslocadas forçadamente no interior dele<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Segundo o ACNUR, o número de refugiados no mundo em 2015 ultrapassou a marca de 20,2 milhões de pessoas e, desde 1992 este número não havia sido ultrapassado. Dados do ACNUR. Disponível em <[<sup>16</sup> Disponível em: <](https://www.acnur.org/portugues/2015/12/18/relatorio-do-acnur-confirma-aumento-mundial-do-deslocamento-forcado-no-primeiro-semester-de-2015/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20refugiados%20no,dos%20%20milh%C3%B5es%20%C3%A9%20ultrapassada.> . Acesso em 22 de junho de 2024.</a></p></div><div data-bbox=)

**Gráfico 10** - Número de pessoas que abandonaram suas casas, em milhões (2013 - 2023)



Fonte: Relatório de Tendências Globais 2023

A incorporação dos *deslocados forçados* a estes números se deve, levando em consideração o que mencionado, não só pelas guerras, mas também pela violência generalizada e desastres ambientais como as inundações que ocorreram na China, terremotos na Turquia e ciclone nos países africanos. O *Global Trends* divulgado pelo ACNUR em 2023 ressalta sobre a necessidade de se pensar a correlação entre o aumento do número de *deslocados forçados* e as mudanças climáticas, alertando que

O número de pessoas deslocadas forçadamente, fugindo de guerras, violência, perseguições e violações de direitos humanos, subiu para 108,4 milhões. Isso significa que 1 em cada 74 pessoas no mundo estão em situação de deslocamento forçado, um aumento de 21% no número de pessoas nessa situação entre o final de 2021 e o final de 2022. Nesse período, foram reportados 35,3 milhões de pessoas refugiadas, 5,4 milhões de solicitantes dessa condição, 5,2 milhões de pessoas com outras necessidades de proteção internacional, e 62,5 milhões de pessoas deslocadas internamente. Esse aumento significativo se dá, sobretudo, pela continuidade de situações como a venezuelana, ucraniana e síria. **Além disso, é preciso aprofundar a reflexão sobre a correlação entre mudanças climáticas, desastres socioambientais e deslocamento humano** (ACNUR, 2023, p.5) (grifo nosso).

Com todas estas determinações, o que se pode compreender diz respeito à necessidade do sistema pelo lucro e exploração de recursos naturais e, por consequência, provoca a expulsão de milhares de pessoas das suas casas e países. A necessidade voraz do capital empurrada por interesses econômicos forçam populações inteiras para dar lugar a projetos nucleares - como o Projeto Manhattan -, mineração, agronegócio e urbanização desenfreada. Práticas estas que intensificam as desigualdades sociais, fomenta a violação dos direitos humanos e, acima de tudo, ceifa vidas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para além das torrentes de deslocados que hoje atravessam o mundo, têm-se as severas mudanças climáticas. A subordinação das necessidades humanas à reprodução do sistema e a necessidade incontrolável pelo crescimento econômico ignora os limites da natureza em detrimento da *sempre-expansão* (Mészáros, 2002), o que resulta na intensificação de fenômenos climáticos extremos. A contradição viva se expressa nestes eventos que deixaram de ser circunstanciais desde a década de 1970 e se tornaram cotidianos, acentuando a vulnerabilidade de populações já marginalizadas pela lógica de ferro e contribuindo de forma direta para o aumento do número de *deslocados forçados*.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode compreender, portanto, diz respeito à necessidade de se pensar o estudo acerca do fenômeno dos deslocados forçados numa perspectiva crítica, que vá além da aparência imediatamente dada, visto que se caracteriza como o princípio básico para compreensão das diversas formas de destruição da vida que hoje se vivencia, uma vez que a dinâmica de contradição do sistema vigente se encontra em um dos estados mais perversos da sua reprodução, o que promove o acirramento das desigualdades sociais e a destruição do mundo que se conhece.

A abordagem crítica desta questão revela como a dinâmica do capital contribui para a marginalização e desumanização dos deslocados forçados, revelando como este sistema econômico agrava a crise humanitária. Esta proposta de estudo também teve por objetivo elucidar como as políticas e práticas relacionadas aos deslocados forçados são postas na realidade pelos órgãos e Estado-nações.

Por fim, o reconhecimento da relevância desta temática se justifica nas problemáticas encaradas na realidade que são, sobretudo, fruto da lógica do capitalismo que impulsiona a destruição e as desigualdades na mesma intensidade, fundamentando-se na exploração dos recursos naturais, na emergência de intermináveis guerras (sobretudo em países periféricos) e da força de trabalho para dar continuidade na sua lógica de *sempre-expansão*.

### 4. REFERÊNCIAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ACNUR. **Convenção de 1951.** Genebra, 1951. Disponível em [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acesso em 12 de julho de 2024.

AYDOS, Mariana Recena. **Migração Forçada:** uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006). Campinas, SP, 2010.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** São Paulo: Gaia, 2010.

FERNANDES, Cláudio. “**O que foi o Projeto Manhattan?**”, Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-projeto-manhattan.htm>>. Acesso em 23 de junho de 2024.

HAYS, Samuel Pfrimmer. **A History of Environmental Politics Since 1945.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental.** SciELO - Editora da Unicamp. São Paulo, 2018.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento:** relatório para o Clube de Roma sobre o estado do mundo em 1972. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.